

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS – COMISSÃO DE GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DO CPERS-SINDICATO SOB A VISÃO DE
PROFESSORAS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE PORTO ALEGRE**

LEONARDO MAIHUB MANARA

Dezembro/2018

LEONARDO MAIHUB MANARA

**O REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DO CPERS-SINDICATO SOB A VISÃO DE
PROFESSORAS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE PORTO ALEGRE**

Monografia apresentada à Comissão de Graduação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Dezembro/2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Gláucia, pelas muitas ajudas e pela ressignificação cotidiana e vivência do verdadeiro companheirismo, em seus vários aspectos; à minha mãe, meu pai e meu irmão, pelo alicerce da minha chegada até este momento; às grandes amigas, pelo acolhimento e pelo apoio do meu crescimento como ser humano; às companheiras e aos companheiros de organização e luta, pela inspiração; ao meu orientador, pela paciência, atenção, contribuições e comprometimento; à escola e às professoras entrevistadas pela confiança, disponibilidade e, também, grande inspiração.

RESUMO

Em um contexto de sérias ameaças aos interesses da categoria docente, a literatura a respeito do seu sindicalismo indica uma fragilização das relações entre sindicato e trabalhadoras. Entendendo que as percepções das professoras a respeito das ações desenvolvidas pelos sindicatos são um aspecto importante dessas relações, neste trabalho, buscamos investigar as percepções de seis professoras de uma escola estadual de Porto Alegre sobre o repertório de ações desenvolvido pelo CPERS-SINDICATO. Assim, realizamos entrevistas semi-estruturadas com as professoras, para acessar sua visão das ações sindicais, e uma análise do jornal Sineta no período de dois anos, a partir de agosto de 2016, para a caracterização do referido repertório. Nossos resultados sugeriram a presença de alguns marcadores da crise dos sindicatos apontada pela literatura, embora pareça haver um consenso por parte das professoras acerca da importância do sindicalismo. A participação maior no movimento sindical, a partir de nossos achados, está associada a uma identificação mais ideológica com o CPERS, enquanto a não-participação está associada a uma aversão ao envolvimento do mesmo com política partidária. De uma forma independente do grau de participação da entrevistada, a precarização das condições do trabalho e da vida docente figuraram como fatores que dificultam a participação no sindicalismo. Destacamos a importância do desenvolvimento de mais investigações estudando as relações de identificação com o repertório de ações do sindicato, em especial no que diz respeito ao envolvimento do mesmo com a política partidária e as suas ações de mediação para o engajamento da categoria em estruturas de organização de base.

Palavras chave: sindicalismo docente; participação sindical; sindicalismo; trabalho docente.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. METODOLOGIA.....	3
3. RESULTADOS	6
3.1. Ação Coletiva do CPERS-SINDICATO	6
3.1.1. A Estrutura de Gestão do Sindicato	6
3.1.2. O Repertório de Ações Coletivas do CPERS-SINDICATO	8
3.2. Percepções das professoras sobre o Movimento Sindical e as ações coletivas do CPERS	20
4. DISCUSSÃO.....	27
5. CONCLUSÕES.....	33
6. REFERÊNCIAS	35
APENDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	37

1. INTRODUÇÃO

As condições de trabalho docente, importantes fatores determinantes do processo de ensino e aprendizagem, vêm sendo negligenciadas pela pesquisa e pelo Estado, que atribuem ao professorado a responsabilidade e a culpa pela crise educacional e o fracasso escolar. Ao mesmo tempo, é marcante o atual regime de precarização, intensificação, autointensificação e desvalorização da¹ profissional da educação, diante de pesados regimes de regulação, maiores, mais intensas e pouco remuneradas jornadas de trabalho, escolas e materiais sucateados, vínculos empregatícios fragilizados e, entre outros, a negligência dos governos quanto à formação docente (HYPOLITO, 2012).

Entedemos que, diante disso, hoje está colocado o desafio ao movimento sindical docente de resistir e avançar em defesa das trabalhadoras. Desde seu surgimento no início do século XX, os movimentos de professoras vêm se tornando maiores e mais complexos (MELO; AUGUSTO, 2012). Embora a primeira central sindical do Brasil (a Confederação Operária Brasileira) tenha se organizado já em 1906, a primeira entidade nacional docente (a CPPB, Confederação dos Professores Primários do Brasil) foi fundada somente em 1960, e incluía apenas professoras e professores do chamado ensino primário. No período entre 1973 e 1978, a mesma entidade passou também a incluir docentes de outros níveis de ensino, tornando-se a CPB, a Confederação dos Professores do Brasil (GADOTTI, 1996). Já o CPERS-Sindicato, entidade que reúne trabalhadores e trabalhadoras da rede estadual de educação do Rio Grande do Sul, foi fundado em 1945, enquanto associação civil de professoras do ensino primário registrada em cartório. Isso deveu-se à proibição da associação sindical entre funcionárias públicas estabelecida pela CLT de 1943 (CPERS-Sindicato, 1989). Em 1973, a entidade passou a incorporar também docentes do ensino médio, e em 1990 os demais trabalhadoras em educação (FERREIRA,

¹ Optamos por flexionar todas as expressões para o feminino, como uma opção política e em respeito à maioria da categoria em estudo, compreendida por mulheres, e às entrevistadas, todas mulheres, embora não tenhamos aprofundado o debate da temática de gênero.

2010). Nessa mesma década se filiou à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), entidade nacional na qual se transformou a CPB (ARAÚJO, 2012).

Ladosky e Rodrigues (2018) evidenciam em sua publicação que, atualmente, o sindicalismo no Brasil passa por uma crise de representação, em parte explicada pelo deslocamento da prioridade da ação sindical (especialmente da Central Única dos Trabalhadores - CUT) — dos movimentos sociais em si para o projeto dos governos do Partido dos Trabalhadores e para dentro da instituição estatal. Os autores explicitam também que as centrais e direções sindicais demonstram fragilidade em representar os interesses da classe trabalhadora em suas novas características e frente aos desafios das novas relações e formas de trabalho. Ainda neste sentido, eles destacam a grande ausência da organização sindical nos locais de trabalho e a apontam como uma das possíveis causas para a imobilidade dos sindicatos frente aos ataques recentes do governo Temer, entre outros, aos direitos trabalhistas.

Melo e Augusto (2012) referem que a mencionada crise de representação também perpassa os sindicatos de professoras, e apontam que o afastamento das trabalhadoras dos sindicatos, “seja por falta de crença na representatividade de seus interesses ou por absoluta falta de tempo ante a precarização e a intensificação do trabalho” (MELO e AUGUSTO, 2012, p. 321), também dificultam a sua organização coletiva.

Assim, a literatura acerca do sindicalismo docente também tem mostrado uma tendência à fragilização da relação (e o conseqüente distanciamento) entre as professoras e a organização sindical. Essa relação se explica, em parte, pelas percepções e avaliações das próprias professoras a respeito do conjunto de ações desenvolvidas e organizadas pela entidade, que se constituem como ofertas de engajamento para a sua categoria. Neste trabalho, então, fomos guiados pela seguinte pergunta: quais são as percepções e avaliações das professoras do estado a respeito do repertório de ações coletivas do seu sindicato? Tratamos ainda de traçar possíveis relações destas percepções com a participação sindical docente. Com este intuito, assumimos os conceitos de repertório de ação como o “conjunto de formas de ação” (ALONSO, 2012, p. 23) do Sindicato, e ação coletiva como uma “coordenação de

esforços em favor de interesses ou programas compartilhados” (TILLY; TARROW, 2007, p. 5). Dadas as restrições impostas pelo breve período de realização e aprofundamento desta pesquisa, para analisar esse tema, entrevistamos professoras de uma única escola estadual de Porto Alegre a respeito de suas percepções sobre o repertório de ações coletivas do CPERS-SINDICATO (Centro dos Professores do estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação).

2. METODOLOGIA

Nosso trabalho, de abordagem qualitativa, foi realizado em uma escola da rede estadual de ensino, localizada no município de Porto Alegre, com a qual já tínhamos contato e inserção prévia de longa data. Sua localização e nome serão preservados para evitar a identificação das sujeitas de pesquisa.

Realizamos um estudo de casos, visando observar as percepções de um conjunto de professoras desta escola a respeito do conjunto de ações coletivas desempenhado pelo CPERS-SINDICATO. Para isso, entrevistas semi-estruturadas foram realizadas, com três pares de professoras, conforme suas frequências na Assembleia Geral do Sindicato. Esse critério foi escolhido para dar alguma objetividade à nossa intenção de acessar as opiniões de pessoas com diferentes graus de participação no movimento sindical. Assim, formaram-se três grupos, cada um com duas entrevistadas: um grupo de professoras que afirma nunca participar das Assembleias, outro com professoras que dizem ir às assembleias esporadicamente, e um último grupo com professoras que atestam estar quase sempre presentes. Foram feitas as devidas explicações sobre a pesquisa e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em apêndice) foi assinado pelas entrevistadas. A seleção dessas entrevistadas foi feita por indicação e também procura ativa de participantes. A primeira entrevistada, com quem já tínhamos contato prévio, indicou algumas das demais. Esgotando-se as indicações, partimos para apresentações presenciais da pesquisa às professoras e professores da escola (tanto em atividade docente quanto

administrativa), com convites individualizados e também coletivos (em momentos de intervalo de aulas) para a participação.

As entrevistas iniciaram com uma breve apresentação da pesquisa e das entrevistadas, seguida de perguntas sobre sua formação e carreira. Depois, pedimos que elas descrevessem as ações que, em sua opinião, caracterizam a atuação do sindicato. Por fim, perguntamos sobre percepções e avaliações que poderiam expressar sobre este conjunto de ações e do movimento sindical como um todo. Cabe aqui expor a escassa experiência do entrevistador, graduando de Licenciatura em Ciências Biológicas (que aqui desenvolve seu Trabalho de Conclusão), na realização de entrevistas². Assim, esta habilidade foi melhor desenvolvida conforme avançamos com a sua realização.

O perfil das professoras entrevistadas pode ser observado no Quadro 1. Todas têm, pelo menos, 10 anos de experiência no magistério, são quase todas nomeadas (empregadas via Concurso Público), mulheres, trabalhando na escola como docentes ou em cargos administrativos.

Quadro 1. Perfil geral das professoras entrevistadas.

Entrevistada	Formação Inicial	Escolaridade	Anos de docência	Participação atual nas assembleias
1	História	Pós-Graduação	22 anos	sempre
2	Magistério e Língua Portuguesa	Graduação	18 anos (+17)**	sempre
3	Direito e Sociologia	Graduação	18 anos	esporadicamente
4	Pedagogia	Pós-graduação	10 anos	esporadicamente
5	Física	Pós-graduação	21 anos	nunca
6*	Magistério e Pedagogia	Graduação	10 anos	nunca

Quadro produzido pelo autor. *Professora empregada por contrato temporário. **Entre parênteses, intervalo no qual a entrevistada também foi militante do CPERS, mas não exercia função como professora. Nesse período, ela foi liberada por diferentes correntes de partidos para o trabalho sindical.

² A experiência prática do entrevistador com metodologias qualitativas reside basicamente no trabalho de transcrição de entrevistas e análise de conteúdo realizada em trabalhos de Iniciação Científica na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As gravações das entrevistas foram, então, repetidamente ouvidas e as manifestações orais contidas em cada uma foram cuidadosamente sintetizadas em texto no que chamamos aqui de codificação inicial. Depois, o resultado dessas codificações foi organizado de forma temática em duas categorias, com diferentes subcategorias de temas comuns a cada categoria, de forma adequada ao nosso objetivo de pesquisa. Estas categorias e subcategorias estão relacionadas e caracterizadas nos nossos resultados.

Após uma análise inicial dos dados obtidos através das entrevistas às professoras, constatamos a necessidade de triangulação com outras fontes, especificamente para a caracterização das ações coletivas do sindicato. Neste sentido, também foi realizada a leitura e codificação das publicações do periódico Sineta³ - jornal produzido pela Direção Central do CPERS, endereçado à categoria e também disponível no portal da instituição - do período entre Agosto de 2016 e de 2018, totalizando 10 edições, que foram a fonte de dados para a caracterização. Inicialmente fizemos uma leitura e descrição geral do conteúdo de cada edição. Em seguida, realizamos uma nova aproximação, recortando de cada edição as ações divulgadas, tanto as realizadas (relatos de ações), quanto as deliberadas (relatos de decisões coletivas) ou convocadas (chamados ou propostas para ações). A quantidade de aparições no texto de uma dada ação (como “panfleteação” ou “ato”) não foi quantificada. Entretanto, quando uma ação apareceu descrita de formas diferentes (com qualificantes que consideramos importantes para a interpretação, como a diferença entre “greve” e “greve geral”) no texto, as duas formas foram adicionadas às categorias separadamente. O conjunto de ações foi, então, categorizado, conforme sua intencionalidade direta mais explícita, nos tipos Ação Direta, Ação de Agitação, Ação Institucional, Ação Cultural, e Outras Ações. Não constituiu-se nosso objetivo analisar ou discutir as tipologias e classificações de ações coletivas, como têm feito diversas autoras na literatura sobre Movimentos Sociais, mas sim classificar essas atividades (realizadas, propostas/convocadas ou deliberadas) de uma forma razoavelmente

³ As edições analisadas da Sineta encontram-se disponíveis no portal do CPERS, no endereço <http://cpers.com.br/category/sineta> (acesso em 18 de Dezembro de 2018).

objetiva para facilitar a descrição e discussão dos dados encontrados. Os critérios empregados nessa discriminação estarão descritos na sessão seguinte.

3. RESULTADOS

3.1. Ação Coletiva do CPERS-SINDICATO

Neste capítulo, caracterizamos o repertório de ações coletivas desenvolvidas pelo CPERS-SINDICATO. Primeiro, tratamos da estrutura de gestão, prevista em seu estatuto social, e depois do repertório de ações em si, tendo como base dados obtidos pela análise do periódico Sineta no período de dois anos, conforme já mencionado.

3.1.1. A Estrutura de Gestão do Sindicato

O CPERS-SINDICATO, conforme o Estatuto Social (2014) que o rege, é administrado por uma Diretoria, um Conselho Geral e pelos chamados Núcleos. Sua instância máxima e soberana é a Assembleia Geral, que se reúne ordinariamente em maio e outubro de cada ano (ou extraordinariamente, conforme deliberação). A Direção do sindicato é composta por uma Presidente, duas Vice-Presidentes, Secretária, Tesoureira e outras dez Diretoras com funções estabelecidas pelo conjunto da Direção. Já o Conselho Geral é formado pela Diretoria do CPERS, pelas Diretoras Gerais dos Núcleos, pelas representantes 1/1000 (eleitas pelos Núcleos, sendo uma para cada mil sócias do Núcleo), por seis representantes Estaduais das aposentadas e pelas Representantes de Base do CPERS-SINDICATO junto ao Conselho de Entidades da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). “Os Núcleos são órgãos administrativos e deliberativos em instâncias, a nível regional” (CPERS-SINDICATO, 2014, p. 3), sendo a Diretoria Geral dos Núcleos formada por uma Diretora Geral, uma Vice-Diretora, uma Secretária, uma Tesoureira e cinco outras Diretoras. Os Núcleos também organizam as instâncias do a) Conselho de Núcleo, formado pela Diretoria do Núcleo, uma representante para cada escola (ou instituição)

que o compõe, uma representante para cada 50 de suas sócias, 6 representantes das aposentadas que residam na sua jurisdição (territorial) e, por fim, uma representante municipal e representante 1/1000; e da b) Assembleia Regional do Núcleo, instância deliberativa máxima dentro de cada Núcleo. O sindicato ainda conta com o Congresso Estadual, “instância (...) responsável pela discussão sistemática e concentrada das questões que dizem respeito aos objetivos da Entidade” (idem, p. 13).

A estrutura de organização do CPERS está representada simplificada na Figura 1.

Figura 1. Estrutura de Organização do CPERS-SINDICATO.

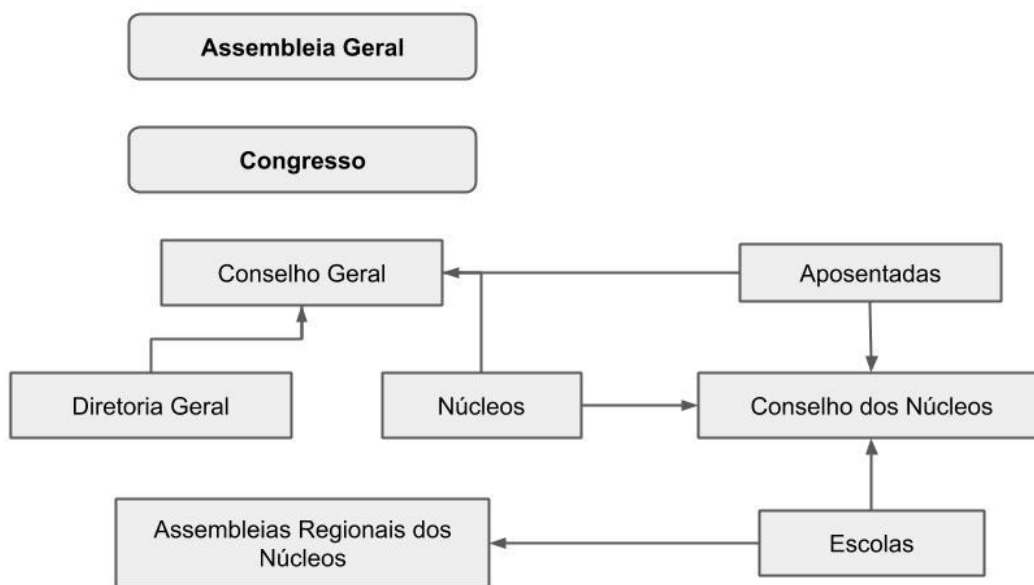


Imagem produzida pelo autor. As setas significam fluxo de representantes para instâncias de deliberação. A Assembleia Geral, as Assembleias Regionais dos Núcleos e o Congresso são instâncias abertas a todas as trabalhadoras e presididas pela Direção Geral (no caso da Assembleia Geral e do Congresso Geral) e pela Direção dos Núcleos (no caso das Assembleias Regionais dos Núcleos), o que não está representado.

A partir desta breve aproximação com o Estatuto do CPERS-SINDICATO, é possível perceber a existência de diversas instâncias de decisão totalmente abertas à

base da categoria, como as Assembleias Gerais, as Assembleias Regionais dos Núcleos e os Congressos. A estrutura de representação e tomada de decisão, em si, demonstra a possibilidade de potencializar a participação real nas deliberações e na organização do sindicato como um todo, através das representações por escola nos conselhos de Núcleo, e das representações 1 por 1000 e 1 por 50. A presença das Direções de Núcleos e das representações 1 por 1000 nos Conselhos Gerais, instância deliberativa que está acima da Direção Geral, também parece transparecer, por parte da instituição, uma preocupação real com a democracia em sua forma de organização.

3.1.2. O Repertório de Ações Coletivas do CPERS-SINDICATO

Conforme já descrito, das edições de Agosto de 2016 a Agosto de 2018 do jornal Sineta, produzido e difundido pelo CPERS-SINDICATO, foi feita uma descrição geral e, então, foram recortadas e categorizadas as ações coletivas realizadas, deliberadas ou convocadas pelo sindicato. Faremos primeiramente uma breve caracterização do conteúdo geral de cada edição, e depois o recorte específico das suas ações coletivas.

A edição de Agosto de 2016 divulga a realização do Congresso da entidade, com a participação de 1800 educadores, em julho do mesmo ano. No Congresso, foram aprovadas linhas gerais para a luta nos próximos períodos, como uma campanha denominada “Sartori Inimigo da Educação - Fora Sartori”, assim como o balanço da gestão. Esse desfecho nas decisões é tratado pelo texto do jornal como uma demonstração de identificação e reconhecimento da categoria com o trabalho realizado pela Direção. O editorial assinado pela diretora, na segunda página, agradece pelo apoio no Congresso, e denuncia medidas do governo Sartori. Esta página ainda reporta as vitórias da greve (constante como a maior dos últimos 25 anos), como a manutenção do chamado Difícil Acesso⁴, o pagamento dos grevistas e a não-

⁴ Pagamento previsto pelo Decreto Nº 34.252, de 1º de Abril de 1992 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para professoras que dêem aulas em locais com condições adversas de transporte,

criminalização do movimento grevista e das ocupações de estudantes, que ocorreram no mesmo período. Na terceira página, ainda são divulgadas outras atividades e deliberações do Congresso, como a não-alteração do Estatuto, o aumento do número de representantes das aposentadas no Conselho Geral (de 6 para 10), o debate nas bases sobre a necessidade de filiação a uma central de trabalhadores e a aprovação de um plano de lutas. Por fim, na última página, são divulgados serviços prestados durante o Congresso, como creche, hospedagem em hotéis e a realização de atividades musicais.

Em setembro de 2016, a Sineta é bastante orientada à crítica e denúncia das práticas do governo Sartori. A segunda página e a terceira denunciam a contradição entre o aumento das arrecadações, a falta de reposição salarial frente à carestia, as disparidades entre os salários de professoras e o de outros servidores e de projetos de lei movidos pelo governo.

O jornal Sineta de outubro de 2016 inicia com a denúncia da PEC 241 (hoje EC 95, o intitulado Novo Regime Fiscal) e da dívida pública. Na segunda página, o editorial (também assinado pela presidente do CPERS) faz uma análise da conjuntura política e dos ataques governamentais à categoria e relata que foi perdida a chance de, nas urnas, escolher melhores condições de luta, dados os representantes eleitos, mas mesmo assim ela deve acontecer. Segue-se uma explicação sobre os prejuízos da PEC 241 (EC 95), assim como das reformas e outras medidas do governo Temer. Na última página, é divulgada uma ação judicial do CPERS que proibia o governo do estado de parcelar os salários das professoras, mas foi descumprida. Em seguida, o texto divulga uma consulta feita pela internet, para que as associadas votem a favor ou contra o pedido de impeachment do governador. Por fim, esta página ainda divulga a mostra pedagógica tocada pelo sindicato, a aprovação da construção de uma sede no litoral pelo Conselho Geral, e atividade cultural desenvolvida pelos departamentos de Cultura e de Aposentadas.

A Sineta de fevereiro de 2017, em sua primeira página, faz um chamado para Assembleia Geral, com indicativo de greve, divulga deliberações do 33º Congresso da

desde ausência de linhas de ônibus próximas à escola até a periculosidade e falta de infra-estrutura nas proximidades da escola (RIO GRANDE DO SUL, 1992).

CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), entre elas um calendário de ações, e também um calendário de ações definido pelo Conselho Geral do CPERS (com intuito de envolver comunidades escolares), com visitas a escolas, assembleias regionais, construção de comitês e aulas e a Assembleia Geral, previstas para o período entre 2 e 8 de março. A página dois exibe um editorial convocando unidade para combate aos governos estadual e federal, e para a deflagração de greve e construção da Greve Geral. Nesta página e na próxima estão denúncias das medidas destes dois governos, e de violência policial cometida contra uma das diretoras em uma manifestação pacífica. Na última página, a edição denuncia as contradições de investimentos do governo do estado, divulga caravana a ser realizada pelo litoral no mês de fevereiro e também as pautas de greve.

O periódico de abril de 2017 divulga, em sua primeira página, as ações do movimento grevista (caminhadas, panfleteações, escracho em frente à casa do governador e na base de parlamentares, comitês contra a reforma da previdência, audiências públicas) e os recuos e estratégias do governo, além de fazer um chamado para Greve Geral no dia 28 de abril. Na segunda página está um editorial assinado pela diretora, também falando das ações do movimento grevista, tratando da suspensão da greve no dia 31 de março, mas também da continuidade no chamado estado de greve, de vigilância e mobilização, e das ações nas terças-feiras na praça da Matriz para impedir votações. O editorial encerra reafirmando a continuidade da mobilização e que haverá resposta nas urnas aos que votarem contra as trabalhadoras e o estado. Ainda nesta página é feito um novo relato das ações desempenhadas pelo movimento. Na página três são explicados os males das medidas do governo do estado e do país, com a afirmação de que não basta a sua modificação, mas sim a sua retirada. É feito um novo chamado para Greve Geral no dia 28 de abril. Nas páginas quatro e cinco é relatado o encontro estadual de aposentadas, com quinhentas pessoas presentes (em que houve música, dança, informação e apresentações artísticas com temáticas de denúncia). Também é apresentado um recorte de uma fala da Presidente do CPERS, falando das reformas, da repressão ao movimento e chamando à luta. Na última página, são mostrados mais detalhes do encontro de aposentadas, como as diretoras responsáveis e uma premiação para peças, atrizes e atores em um concurso de teatro.

Em setembro de 2017, a sineta comunica nova greve contra o parcelamento de salários, a falta de reposição, e outras medidas do governo do estado. É relatado que o estopim da greve foi o depósito de apenas trezentos e cinquenta reais para as professoras no início do mês de agosto. É feita uma denúncia da situação e afirmado que o sindicato é marcado pela resistência desde os anos setenta. Em seguida, é anunciada caravana passando pelas escolas para construir unidade e fazer crescer o movimento de greve, e que as condições para o seu fim e a recuperação de horas de trabalho são o fim dos parcelamentos de salário (e décimo terceiro) e o pagamento de juros devidos. Na segunda página, o editorial denuncia a situação e chama à luta. Nesta e na próxima página são manifestadas preocupações com a separação entre IPE-PREV e IPE-SAÚDE, é divulgada a reeleição da atual chapa da Direção Central (com 55% dos votos), e também que ocorreram eleições, ao mesmo tempo, para as direções de núcleo. O texto afirma que o sindicato é um dos maiores do sul do Brasil, com mais de 83.000 associadas. Também é mencionada a perspectiva da Direção de que a reeleição significa uma vontade da base de que se continue no caminho percorrido, com uma direção “que faça luta, mas que também saiba dialogar” (p. 2). Na terceira página está a mensagem de que as professoras aprovaram uma intensa agenda de mobilizações, com a discriminação das ações e eixos deliberados e um histórico de greves (com número de dias de greve) e as suas conquistas. Na última página é feita nova denúncia de medidas dos governos, e estão presentes alertas para que as professoras que tiverem direito acessem seu direito ao reajuste de vale-refeição e da Parcela Autônoma através de ações jurídicas, com orientações.

O texto da primeira página, em Fevereiro de 2018, saúda a resiliência da categoria frente às adversidades colocadas pelo governo, elencando atividades que foram realizadas no período. Na segunda página, o editorial vem, também, saudando a luta, retomando pautas e denunciando o governo. Nesta página e na próxima ainda aparecem outras denúncias: da redução de investimento na educação, do aumento de gastos em outras funções (como Cargos de Confiança e propaganda), do fechamento de escolas e da falta de reajuste (que deveria atingir 22,74% para cobrir a inflação), da sonegação fiscal, da arrecadação com ICMS e da aprovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ainda afirmando que deputados que votaram a seu favor

não voltarão à Assembleia Legislativa. A terceira página ainda conta com a divulgação de um abaixo-assinado contra o RRF. Na última página encontram-se mais saudações às atividades da mobilização grevista, dos recuos do governo em algumas medidas, e a denuncia dos (possíveis) efeitos da Reforma da Previdência e reestruturação do IPE, informando sobre manifesto entregue junto ao Movimento Unificado dos Servidores aos deputados na Assembleia.

O volume de junho de 2018 inicia denunciando a falta de reposição salarial desde 2014, além de medidas do governo Temer e do governo Sartori. Na segunda página, o editorial fala do maior arrocho salarial da história, defende maiores investimentos e o combate à sonegação, além da renegociação da dívida e do diálogo com a categoria. Segue-se a crítica ao projeto de estado mínimo, atribuído aos governos do estado e do país. Atribui-se a queda na inflação ao desemprego e à diminuição do consumo, e não como resultado das políticas de governo. É denunciada a falta de reposição salarial e de vale alimentação, as contradições entre as áreas de investimento e as áreas de corte de gastos, assim como a evasão de 6.706 professoras entre 2014 e 2018 como consequência da precarização e outras questões. Na última página é novamente defendida a reposição salarial de 23,29%, o fim dos parcelamentos, além de criticada a falta de concursos, fechamento de turmas e turnos em escolas. Por fim, são denunciados partidos políticos que promovem políticas desfavoráveis à categoria e é ressaltado o poder da mesma em escolher quem será o patrão.

A edição de julho de 2018 comunica a realização de uma caravana, de 3 de julho a 28 de setembro, em defesa da escola pública, e para debater os dois projetos em disputa na eleição (estado mínimo e estado indutor de políticas sociais) com a base, além de denunciar as medidas do governo. O editorial da segunda página convoca para a mudança através do voto, para a defesa do projeto de um estado indutor. Também afirma que o sindicato não vai dizer em quem as professoras devem votar, mas vai defender que não se anule o voto, indicar em quem não votar e fazer luta independente de quem for eleito. Na terceira página consta a denúncia do Projeto Escola Sem Partido, aprovado na cidade de São Lourenço do Sul, e é divulgada manifestação que foi realizada em frente à prefeitura para que o prefeito (do PDT) o

vetasse. Também é denunciada a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que segundo o texto foi aprovada às pressas e mecaniza e fabricaliza a educação. Ainda nesta página é divulgado um escracho realizado contra evento comemorativo da Reforma Trabalhista, e a eleição de diretoras nas escolas. Na quarta página são propagandeados a mostra pedagógica, os encontros de aposentadas, um levantamento com as dificuldades de cada núcleo com o atendimento do IPE, entre outros.

A Sineta em agosto de 2018, por fim, apela por votos em defesa da escola pública, e afirma divulgar fatos sobre três gestões do Rio Grande do Sul, sem juízo de valor. Na segunda página, o editorial incentiva a análise crítica dos projetos de cada candidato, critica o voto nulo (como forma de omissão) e o voto “em pessoas, não em partidos”. É feita uma comparação entre medidas de governos Yeda, Tarso e Sartori quanto a reajustes, privatizações, recursos à educação, concursos, entre outros. Também figura uma lista de reivindicações da categoria. Na terceira página é divulgada a caravana que visita todos os núcleos e uma petição contra a BNCC.

O recorte realizado para análise das ações coletivas realizadas, deliberadas ou convocadas pelo CPERS nas edições estudadas da Sineta, foi representado no Quadro 2. Como já mencionado, essas ações foram categorizadas como Ações Diretas, Ações de Agitação, Ações Deliberativas, Ações Institucionais, Ações Culturais e Outras Ações. Foram consideradas Ações Diretas as atividades com o objetivo principal mais explícito de pressionar diretamente sobre as instituições do Estado em determinado sentido, sem intermédio Institucional do próprio Estado. Assim foram separadas as passeatas, atos, ocupações, greves, por exemplo, das ações jurídicas, petições, entre outras, que realizam pressão ou exercem poder de forma mediada pelas estruturas do Estado e foram categorizadas como Ações Institucionais. Foram consideradas Ações Deliberativas as reuniões de teor deliberativo, assim como decisões compartilhadas entre as associadas. Já ações de agitação englobaram ações de propaganda, debate, diálogo, e outras com centralidade na difusão ou troca de ideias entre/com a categoria, ou da categoria e Sindicato com segmentos da sociedade. Ainda classificamos como Ações Culturais as atividades que, mesmo com aspectos muito explícitos de reivindicação e denúncia (como quase todas as realizadas

pelo CPERS), explicitavam nitidamente um objetivo cultural suficiente em si mesmo. Por fim, a classe de Outras Ações também foi constituída para abraçar atividades que não se encaixavam em nenhuma das outras, sendo apenas uma (da construção da sede/colônia de férias no litoral). Destacamos que todas as edições da Sineta apresentam-se, em si, como Ações de Agitação, com formas de denúncia, discussão, diálogo, informação, entre outras.

Quadro 2. Ações coletivas do CPERS-SINDICATO de acordo com as Edições da Sineta de Agosto de 2016 a Agosto de 2018, divididas por categoria de ação.

Edição	Ação Direta	Ação Deliberativa	Ação Agitação	Ação Institucional	Ação Cultural
ago/16	greve	congresso, assembleia geral	debate na base, denúncia, apresentação [aula]	x	lançamento de livro, apresentação musical
set/16	greve, resposta nas ruas	x	denúncia, levantamento [pesquisa], mobilização da comunidade [para pressionar parlamentares]	Não voto em [campo político], [resposta nas] urnas	x
out/16	invadir brasil, greve geral	consulta à categoria [votação online]	denúncia, elaboração de material, encontro regional de aposentados, encontro estadual de aposentados,	ação judicial, pedido de impeachment	mostra pedagógica, lançamento de livro ¹ , concurso de teatro ¹
fev/17	ato, passeata, greve, greve geral, luta na praça matriz, ato unificado, protesto pacífico	assembleia geral, calendário de greve, reunião da coordenação geral da greve geral, avaliação do movimento paredista, assembleias regionais	discussão e debate nas escolas [comitês de resistência e aulas com a comunidade], visitaçao de escolas, caravana nas praias e balneários	x	x

Edição	Ação Direta	Ação Deliberativa	Ação Agitação	Ação Institucional	Ação Cultural
abr/17	greve nacional da educação, manifestação, caminhada, escracho [em frente a casa de governantes ou sede de parlamentares], greve geral, impedimento de votação [na ALERS], passeata, caminhada luminosa, estado de greve	suspensão da greve, assembleia geral	formação de comitês, audiência pública, denúncia, panfleteação, debates com a comunidade escolar, confecção de cartilha, denúncia de deputados que...**, encontro estadual de aposentados [apresentação da assessoria jurídica, discussão, plenária]	resposta nas urnas, visitas a gabinetes	atividades culturais*
set/17	atos [em frente à sede de sonegadores], atos [para pressionar TJ quanto a ações judiciais], ato público, acampamento, participação de dia de lutas, atos concomitantes em todo o estado, ato, greve, greve geral, vigília [praça da matriz]	assembleia geral, eleição [direção central e núcleos], comando geral de greve, agenda de mobilizações	caravanas [com material e mídias alternativas, radios comunitárias], campanha [junto à CNTE], debate [com educadores e comunidade escolar], caravana da educação	cobrança do judiciário [quanto à dívida com a união], ações [jurídicas] coletivas, ajuizamentos com assistência jurídica, auto agenda com governo exigindo...**, exigir do ministério público...**	x

Edição	Ação Direta	Ação Deliberativa	Ação Agitação	Ação Institucional	Ação Cultural
fev/18	ato, caminhada, trancaço, barracas da resistência, ocupação, greve, vigília na matriz, fechamento de órgãos [ALRS, CREs, Sefaz, Federasul]	assembleia geral, fim da greve	debate, aula de cidadania, assembleia com comunidade escolar [em frente ao piratini], plenárias macrorregionais [destacando pautas], manifesto [entregue a deputados junto ao MUS], campanha nas redes sociais [contra deputados que...**], panfletagem, denúncia	atenção à eleição, abaixo-assinado, coleta de assinaturas, pressão em deputados em votações [terças-feiras na matriz]	x
jun/18	x	x	denúncia	luta por mesa de negociação com governo, defesa do não voto em partidos que...**, voto consciente	mostra pedagógica
jul/18	ato [em frente à prefeitura no interior pelo veto de um projeto], escracho a evento	x	caravana de denúncia, debate com a base [sobre projetos em disputa na eleição], diálogo [defendendo Estado Indutor, contra Estado mínimo], entrega de materiais, denúncia de deputados que...**, roda de conversa, divulgação e orientação sobre eleições para direção escolar, palestras*, orientações jurídicas*, análise de conjuntura política*, encontro dos aposentados	entrega de moções de repúdio e documentos, "em quem não votar", voto no Estado Indutor, levantamento de problemas nos núcleos para cobrança junto ao IPE	mostra pedagógica, desafio de dança*

Edição	Ação Direta	Ação Deliberativa	Ação Agitação	Ação Institucional	Ação Cultural
ago/18	x	x	caravana, visita aos núcleos, debate com base e comunidade escolar, organização de escola para conhecer os prejuízos de...**, mobilização da comunidade escolar, reivindicar concurso público	voto em defesa da escola pública, petição pública	x

*Ação realizada durante evento, também listado. **As pautas de reivindicação específicas foram retiradas para abreviar a ilustração. Entre colchetes estão as qualificações de ações das quais consideramos necessária a expressão. A categoria Outras Ações, em que constava apenas a construção de uma sede no litoral (divulgada na edição de outubro de 2016), foi suprimida do quadro.

O jornal apresenta uma grande variedade de ações desenvolvidas pelo CPERS-SINDICATO. De forma geral, o jornal emite a opinião da Diretoria Geral, e assume a posição de diálogo com a categoria. Assim, por exemplo, estão presentes (em quase todas as edições analisadas) editoriais assinados pela presidente do sindicato convocando ações e condutas por parte da base. Desta forma, o contraste entre o texto da Sineta e as percepções das professoras entrevistadas permite alguns raciocínios interessantes, que desenvolveremos melhor na sessão Discussão deste trabalho.

O Quadro 2 expressa uma variação temporal na ocorrência, no periódico Sineta, dos diferentes tipos elencados de ações. É perceptível, por exemplo, a maior abundância de Ações Diretas entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2018. Ao mesmo tempo, é visível de uma forma geral a predominância das Ações de Agitação. Esta última deve ter a ver, também, com a amplitude de atividades abarcadas por essa categoria de ações coletivas: desde as mais específicas de propaganda, como panfleteação, confecção de materiais e denúncias, até as caravanas, aulas públicas, diálogo com a comunidade escolar, entre outras.

As publicações que analisamos relatam períodos de greve entre 13 de maio e 7 de julho de 2016 (55 dias), entre 8 e 31 de Março de 2017 (23 dias), e entre 5 de setembro e 8 de dezembro de 2017 (94 dias). Como se pode notar, durante as greves, uma grande quantidade de outras atividades é realizada, principalmente no sentido de potencializar o movimento, aumentar a pressão sobre as instituições governamentais e viabilizar que suas reivindicações sejam atendidas. Assim, a estratégia e o período da greve se mostram como um guarda-chuva para diversas formas de ação.

As pautas de reivindicação que se fazem presentes no jornal, em sua grande maioria, dizem respeito ao enfrentamento de medidas governamentais consideradas desfavoráveis à educação ou à categoria, destacando-se a questão do parcelamento e da falta de reposição salarial.

Observamos que a partir de 2018 o jornal dá grande atenção para o processo eleitoral, e menor atenção para a convocação de outras formas de ação. De forma coerente com o que alega, o jornal não defende o voto em nenhuma candidatura, especificamente, embora se posicione contrariamente a alguns partidos por diversas vezes. Por fim, defende os princípios do que chama de “estado indutor de políticas

sociais”, em detrimento do “estado mínimo”, com o objetivo explícito e manifesto de orientar o voto da categoria.

3.2. Percepções das professoras sobre o Movimento Sindical e as ações coletivas do CPERS

Após uma leitura inicial e panorâmica dos dados que obtivemos a partir da codificação das entrevistas gravadas, observamos que as entrevistadas apresentaram diferentes fatores e graus de identidade pessoal ou da categoria com o sindicato. A partir desta observação, esses dados foram categorizados. Uma das categorias criadas agrupa manifestações que apontam para diferentes formas de identificação das entrevistadas ou da categoria com as ações do sindicato (e suas características). Já a outra categoria reúne falas que demonstram ou elencam causas para a desidentificação das mesmas. Essas duas categorias foram encontradas em maior ou menor grau nas falas de cada uma das entrevistadas, e estão sistematizadas no Quadro 3.

Quadro 3. Ocorrência de tipos de manifestações por categoria.

Categorias	Tipos de manifestações	Ocorrência
Identificação	Legitimação do sindicato	Todas
	Legitimação dos espaços democráticos	1, 2 e 3
Desidentificação	Descrença da categoria no sindicato	1, 2 e 4
	Desunião da categoria/do sindicato	1, 2, 3, 4 e 5
	Falta de respostas/resultados imediatos	1, 2 e 5
	Desinformação da categoria	1 e 3
	Esvaziamento/falta de renovação de quadros do sindicato	1 e 2
	Isolamento da categoria	1, 2 e 5
	Má condução de ações pelo sindicato	1, 2, 3, 5 e 6
	Enfraquecimento da organização nos locais de trabalho	1 e 2
	Aversão à política partidária	5 e 6
	Condições políticas e materiais adversas	Todas

Quadro produzido pelo autor.

Dentro da categoria *identificação*, observamos muitas manifestações que podem ser associadas a uma legitimação do movimento sindical, do sindicato, de suas ações e do seu papel. Pareceu haver um consenso entre as entrevistadas sobre a legitimidade da atuação do sindicato ao “resistir”, lutar pela preservação e ampliação dos direitos e

por melhorias nas condições de trabalho das professoras. A greve, mesmo com alguma polêmica (que será descrita ao longo deste capítulo), apareceu nas entrevistas como uma resposta óbvia, justa e necessária à precarização do trabalho e na luta por melhores condições para a categoria. Algumas das entrevistadas (1, 2 e 6) ainda fizeram alguma forma de menção à grandeza do sindicato, o tratando como um sindicato de grande número de associadas, de muitas conquistas para a categoria, que nunca deixou de fazer luta em oposição ao governo, ou que possui uma grande força e influência política. Também foi possível perceber que todas as entrevistadas, mesmo as que teceram maiores críticas ao sindicato, pareceram elencar ações e ou movimentos da entidade que consideraram importantes ou satisfatórios, como é perceptível no recorte feito a seguir:

É, assim, o CPERS tem algumas coisas boas sim. A gente não pode negar tudo, né? Então, assim, ele nos dá muita orientação em algumas situações de como agir, né? Que fazem parte do direito do professor. Porque as escolas, assim, elas não são tão democráticas quanto parecem. Então o CPERS serve de apoio pros professores pra gente tirar dúvidas. Enfim, pra gente poder, vou usar esse termo, nos defender de como a gente é tratado (entrevistada 6, aos 4 minutos e 36 segundos de entrevista).

Algumas falas sobre a forma de organização do sindicato, um dos temas que buscamos abordar na entrevista semi-estruturada, também exibiram certo grau de identificação. Pode ser destacada a entrevistada 1, afirmou considerar bastante democráticas e participativas as instâncias deliberativas do CPERS, além de expor preferência pelas Reuniões de Núcleo, às quais afirmou que são mais abertas à participação geral. Além disso, essa entrevistada marcou firmemente seu acato às deliberações da instância da Assembleia Geral. Outras manifestações em um sentido parecido vieram da entrevistada 2, que marcou a importância das reuniões mensais do Conselho Geral para dar organicidade e como forma de politização e debate.

Mesmo com a grande ocorrência de manifestações valorizando o papel do sindicato, preponderaram as falas que expõem fatores para a desidentificação e insatisfação pessoal (ou das professoras) em geral com a organização sindical, ou

ainda explicam essa desidentificação de alguma forma. Passamos agora a descrever os resultados pertencentes a essa categoria.

Muitos relatos das entrevistadas falaram sobre a descrença no movimento sindical e no sindicato por parte da categoria, que por vezes também apareceu associada às suas possíveis causas, como a conjuntura política e socioeconômica (do professor, do estado e do país), erros ou ausências do sindicato, a desunião da categoria e a falta de resultados das reivindicações. A entrevistada 2 ainda coloca a descrença como um dos fatores que contribuem para a falta de participação no sindicato, assim como as políticas neoliberais, os erros de gestão, as derrotas, o desânimo, o sectarismo, o vanguardismo e os radicalismos.

O tema da desunião e das disputas da categoria dentro e fora do sindicato também foi recorrente nas nossas entrevistas. A entrevistada 1 indicou diretamente as disputas políticas e conflitos dentro do CPERS como um dos motivos do abandono do sindicato pela categoria. Ela também afirmou que, com o descrédito do CPERS, uma escola terminou o último movimento de greve praticamente sozinha. Frente a isso, ainda afirmou que as escolas têm se organizado para as últimas greves de forma independente de um apoio ou orientação maior do sindicato. A entrevistada 2, além de ter afirmado questões ligadas às disputas e a desunião como motivos para a falta de participação no sindicato (como já mencionamos), conta que a última greve encerrou com poucas pessoas e que estavam divididas, associando isso a setores do movimento “inconsequentes” que se recusam a encerrar a greve. Ainda entrevistada 3 ressalta que muitos colegas têm outras fontes de renda, dando a entender que, por isso, dão menos importância para a mobilização, também ao elencar motivos para a falta de participação sindical. Por fim, as entrevistadas 5 e 6 também descrevem a desunião da categoria, dando ênfase à desunião para a greve.

A entrevistada 1 testemunhou que na última greve teve que se fazer, na escola, uma mediação entre as decisões das assembleias gerais que avaliavam o movimento e as condições locais de continuar a mobilização, dado o esgotamento causado pela greve e a irredutibilidade do governo frente às reivindicações, deixando explícito que certos governos não cedem à mobilização, somente são desgastados. Neste sentido, também afirmou que a falta de conquistas a curto prazo pelo sindicato seria um dos

fatores que causam o seu esvaziamento. Esse pensamento de alguma forma se alinha ao da entrevistada 2, que colocou “as derrotas” entre os motivos da falta de participação, e ao da entrevistada 5, que contou que sente falta de respostas (do sindicato e do governo) sobre as pautas das últimas greves. Esses relatos parecem sugerir a existência de uma ideia, entre as professoras, de que o sindicato não tem poder para resolver os problemas mais imediatos da categoria.

Algumas falas das entrevistas revelaram alguma forma de falta de informação pela categoria. A entrevistada 1 relatou as dificuldades de construir consciência sindical entre as colegas, que falta memória sobre as lutas e conquistas do sindicato e que pessoas menos engajadas muitas vezes reproduzem um senso comum sobre o CPERS por não acompanharem de perto os seus processos. A entrevistada 3, ao ser questionada sobre suas considerações a respeito das instâncias de deliberação do sindicato, disse que sente falta de representações por escolas, mas não soube dizer se essa função seria cumprida nas reuniões de núcleo (em que estão as representações de cada escola). Também disse que, em mídias sociais, as professoras se repassam informações, mas ressaltou que isso não parte do sindicato. A entrevistada 4 disse que não vê muitas notícias e informações sobre atividades do sindicato atualmente, e diz que uma professora que costumava trazer informações já não tem cumprido tanto esse papel.

Outro tema razoavelmente recorrente nos nossos dados foi o esvaziamento e a falta de renovação das associadas no sindicato. A entrevistada 1 relatou que professoras saíram massivamente do sindicato, que as assembleias, que eram superlotadas há 20 anos atrás, têm sido esvaziadas (relatando que a última contou com cerca de 1200 pessoas), indicando pouca identificação com o sindicato, e que as aposentadas se fazem mais presentes do que as nomeadas e contratadas nas ações do sindicato. A entrevistada 2 também faz vários apontamentos neste sentido. Sobre as atividades nas terças-feiras, na Assembleia Legislativa do estado, afirmou que participavam principalmente funcionárias de escola, aposentadas e a vanguarda (membros de todas as organizações que compõem o sindicato). Essa vanguarda, que um dia teria tido mais de cinco mil pessoas e hoje estaria enxugada, também foi citada por ela como protagonista das Assembleias Gerais. Por fim, a entrevistada ainda

relatou de um levantamento que revelou que das cerca de 85.000 associadas, apenas 5.000 teriam se juntado ao sindicato a partir do último concurso realizado, o que também demonstraria esse esvaziamento e falta de renovação dos quadros do sindicato.

Alguns relatos também mostraram um sentimento de isolamento da categoria pelo restante da sociedade. Neste sentido, as entrevistadas 1 e 6 manifestaram de alguma forma que a sociedade não tem conhecimento sobre a situação das escolas, e a entrevistada 2 atribui a falta de vitórias da última greve ao seu isolamento, o que nos pareceu significar a falta de que outras categorias aderissem à mobilização.

Dentro desta segunda categoria, que demonstra ou explica a falta de identificação com o sindicato ou movimento sindical, um dos tipos mais comuns de manifestação tem a ver com críticas à condução das ações pelo sindicato ou à falta delas, em geral associadas à Direção Central. A entrevistada 1 aborda uma situação em que afirma que a Direção Central manipulou uma Assembleia Geral para que uma greve se encerrasse, em 2015. Um episódio semelhante é relatado pela entrevistada 5, mas durante o governo Olívio Dutra. Ela descreve que a partir desse episódio começou a polêmica em que alguns grupos foram chamados de “pelegos”, querendo dizer que estariam de alguma forma “amortecendo” o conflito entre o governo e a categoria. Sobre isso, a entrevistada 3 apontou de forma bem demarcada que a ação do CPERS é diferente dependendo de quem está no governo e na Direção. A ação sindical quando o grupo político que governa é o mesmo que dirige o sindicato seria, assim, menos combativa. Afirmou ainda que muitos consideram a ação da Direção atual muito amena. A entrevistada 2, por sua vez, quando questionada sobre esses episódios, disse que não seriam o principal fator desmobilizador, embora reconheça que fizeram diferença. Também relatou que quando foi diretora, na gestão Lucia Camini (1996-1998, segundo o currículo Lattes), dialogou com a categoria defendendo o fim da greve, pois acreditava que ela não levaria à vitória, o que considera como uma responsabilidade das direções, para evitar o desgaste da categoria. Disse que em 2017 a Direção não deixou clara a estratégia para a base, e passou a ter que disputar com um setor mais radical de oposição, que acreditava que a direção não queria lutar. Ao mesmo tempo, ela também expôs que a Direção Central atual, do setor majoritário da

CUT, boicotava ações durante o governo petista de Tarso Genro, e que este setor prefere a negociação à mobilização permanente.

Ainda neste subgrupo de manifestações, como já dito, encontramos cobranças de que ações específicas sejam realizadas pelo sindicato, como divulgações e denúncias de maior visibilidade, citadas pelas entrevistadas 1 e 6, ou por ações mais ações judiciais, pela entrevistada 6. Também encontramos o apontamento de problemas no modo como são feitas outras ações, como a falta de antecedência nas convocações, citada de alguma forma pelas entrevistadas 1, 3 e 6, o mal uso da ferramenta da greve, mencionado pela entrevistada 2, o agendamento de datas repetidas das paralisações nas sextas-feiras, questionado pela entrevistada 1 e a indução ao voto, criticada pela entrevistada 6.

O enfraquecimento da organização nos locais de trabalho é mencionado pelas entrevistadas 1 e 2. A primeira relata que percebe o sindicato distante da escola, que as suas ações não são construídas, simplesmente “surgem”, sente falta de peregrinações pelas escolas, que faltam conversas na escola, ao longo do ano, com a categoria, e que as escolas só são visitadas em época de campanha eleitoral. Já a segunda relatou da redução do número de escolas a enviar representações para as reuniões dos núcleos, o que também considera como uma manifestação do enfraquecimento da organização de base.

Algumas falas expuseram algum grau de aversão à política partidária no movimento sindical. A entrevistada 6, em especial, disse que considera antidemocrática a campanha contra um governo dentro da escola, que o papel do sindicato não é a política, que a escola pública deve ser apartidária. Neste sentido, colocou que a ação do CPERS vem se tornando muito partidária. Mesmo reconhecendo a importância da ação do sindicato, e até da greve, esta entrevistada salientou que fazia questão do não envolvimento de partidos políticos na ação sindical. A entrevistada 5 relatou que, quando fez parte de uma Direção de Núcleo, um dos motivos que a afastou da função foi que se “levantou bandeira” em época de eleição.

Por fim, um último e extremamente incidente tipo de dado que encaixamos nesta segunda categoria diz respeito às condições políticas e materiais adversas enfrentadas pelas professoras ou pelo movimento sindical. Estes relatos, conforme o esperado,

estiveram presentes em todas as entrevistas. A entrevistada 1 considerou, entre outras coisas, que a crise política leva ao descrédito do movimento, as dificuldades econômicas enfrentadas pelas professoras levam ao anseio por conquistas imediatas, que a desobrigação da contribuição sindical enfraquece o sindicato. Já a entrevistada 2 contou que as professoras encontraram dificuldades em sair das escolas depois da greve, por falta de pessoal e pois as secretarias teriam orientado as escolas a dar faltas nestes casos. Também disse que a falta de participação no sindicato é principalmente um reflexo das políticas neoliberais, causa também, para ela, do enfraquecimento do sindicalismo como um todo. A entrevistada 6 informou que nem sempre consegue ir às Assembleias por falta de tempo, e também que um dos motivos para a não-participação de professoras no movimento é o medo de retaliações. A entrevistada 3, assim como 5 e 6, expôs a necessidade de recuperar as horas de trabalho do período de greve como um fator que desmotiva à paralisação e divide o corpo docente. Também referiu que não pode participar das mobilizações pois faltam muitos professores na escola, e que eles estão em uma situação ruim. As entrevistadas, de uma forma geral, fizeram também manifestações sobre o desinteresse do governo em qualificar a educação e as condições precárias pelas quais as professoras do estado vêm passando em decorrência do parcelamento e da falta de reposição dos salários, a tentativa de retirada de direitos trabalhistas, entre outras questões.

4. DISCUSSÃO

Contrastando o resultado da análise das edições da Sineta com as falas das professoras entrevistadas, emergem algumas questões interessantes para nossa pesquisa. A entrevistada 2 critica a Direção Central por sua suposta opção pela negociação, ao contrário da adoção do que chama de mobilização permanente. Esta também parece ser a matriz das falas da entrevistada 3, quando diz que a forma de atuação sindical depende da relação política que se estabelece entre governo e Direção do CPERS, e que considera a atual gestão “amena”. Neste sentido, diversas vezes o editorial assinado pela Diretora e outras partes do texto da Sineta deixam

explícita a sua vontade de, através da eleição de grupos políticos mais próximos como representantes, estar em situação de “oposição” mais favorável a um governo.

Ainda neste sentido se destaca a aversão das duas entrevistadas (5 e 6) que justificam a sua não-participação nas Assembleias pelo envolvimento da entidade com a campanha eleitoral e política partidária. A Sineta, além de dirigir críticas diretas a políticos específicos e ao governador (o que já estaria a contragosto da entrevistada 6), faz a defesa de propostas e formas de governo compatíveis com alguns e incompatíveis com outros candidatos, e recomenda “em quem não votar”, evidenciando os pontos de atrito com as posições das citadas professoras. Ao mesmo tempo, as preocupações evidenciadas pelas publicações convergem em grande parte com as evidenciadas nas entrevistas (acerca da qualidade da educação, das condições de trabalho, do parcelamento e reposição dos salários, e outras), e reiteradas vezes é expresso no periódico, por parte do sindicato, o compromisso em lutar pelos interesses da categoria independentemente de qual for o grupo político eleito.

Também é interessante perceber que o enfraquecimento da organização de base e o esvaziamento e falta de renovação das filiações no sindicato, preocupações que manifestaram as entrevistadas 1 e 2, mais internas no movimento sindical, não se mostraram presentes de uma forma tão explícita no jornal. Embora a sensibilização da categoria quanto às diversas pautas de reivindicação (através do que chamamos aqui de ação de agitação) seja um foco nítido da Sineta, da mesma forma não parecem ser a oferta de espaços de organização mais cotidianos e a filiação sindical em si. Neste sentido, por exemplo, poucas vezes o texto publicado pelo CPERS (que analisamos) divulga instâncias deliberativas que não a Assembleia Geral. Também ouvimos a demanda da entrevistada 3, em seu depoimento, por uma representação a nível de escola, coisa que já existe nos Conselhos de Núcleo. Ela inclusive afirma desconhecer essa instância, que é significativamente mais próxima à base em termos de estrutura. Isso pode significar que, de alguma forma, faltem mediações para que a base acesse as estruturas já existentes de organização, que se constituem como oportunidades de engajamento com o sindicato e como possíveis resoluções para a referida falta de organização nas bases. Enquanto isso, é visível a atenção dada para a parcela aposentada da categoria através dos eventos específicos e da deliberação de aumento

de representação na instância do Conselho Geral, por exemplo. Assim, retomar a organização nos locais de trabalho e renovar o conjunto de filiadas ao sindicato, mesmo sendo questões que parecem já circular internamente no movimento sindical, presumivelmente seguem se constituindo como desafios a serem enfrentados.

O motivo de algumas críticas das professoras, entretanto, não se evidencia em comparação com as publicações da Sineta. É o caso da crítica da falta de divulgação da situação material do professorado, da mobilização de ações judiciais, entre outras, que aparecem razoavelmente representadas no jornal. Este impasse necessitaria de outras aproximações para ser resolvido.

O consenso que encontramos a respeito da legitimidade do papel do sindicato acerca da função de demandar e defender direitos, como forma de identificação com o sindicato, ecoa com os achados de Ferreira (2006) que, ao entrevistar militantes de base do 24º Núcleo do CPERS (em Pelotas) sobre os motivos de sua participação nas ações sindicais, descreveu que “a maioria absoluta indicou a organização da categoria na demanda por direitos, encaixando-se numa razão solidária para a participação” (p. 235). As outras razões encontradas, chamadas instrumentais (relacionadas a interesses individuais) e ideológicas (relacionadas a crenças) com base no escrito por Guerrero Serón (1991, apud FERREIRA, 2006), também dialogam com os nossos resultados, na medida em que algumas professoras que entrevistamos defendem e valorizam as ações sindicais de caráter instrumental (assessoramento em conflitos na escola e defesa jurídica, por exemplo) ou ideológico (como um projeto de transformação social). Nossos resultados confluem ao encontrar falas de identificação com o sindicato de caráter ideológico, como o discurso da luta de classes e da união da classe trabalhadora apenas entre as professoras de maior engajamento (reconhecidas pela participação maior em assembleias em nosso trabalho, e por serem dirigentes sindicais no trabalho de Ferreira). Tais razões para o engajamento sindical, como dito pela autora, não se articulam “como tipos-ideais que não se relacionam, haja vista que as mesmas pessoas defendem motivos de caráter diferenciado” (p. 235). Todavia, tanto em nosso trabalho quanto no trabalho de Ferreira, há uma tendência entre as professoras de maior participação em justificar seu engajamento com motivos ideológicos, enquanto os motivos instrumentais parecem estar associados a menores

graus de participação e motivos solidários estão presentes de forma mais independente do grau de participação. Vale ressaltar que em nosso trabalho os motivos instrumentais se manifestaram apenas na fala da entrevistada 6, ao valorizar o papel do assessoramento jurídico do sindicato frente a casos de assédio moral contra professoras.

Alguns dos dados discutidos por Ferraz (2012) em sua publicação indicam menor probabilidade de filiação partidária conforme menor é o grau de participação sindical da professora. As expressões de desidentificação com o sindicato por aversão à política partidária pelas entrevistadas de menor grau de participação da nossa pesquisa (as entrevistadas 5 e 6) corroboram com estes dados e oferecem a hipótese de que essa aversão à política partidária pode ser um fator importante gerador de afastamento entre as professoras e o sindicato, apesar do aparente consenso em torno do papel sindical em defesa de melhores condições para a categoria.

Entretanto, os dados de Ferraz também apontam uma chance de desaprovação da ação sindical (a respeito de problemas que afetam o trabalho diretamente) muito maior entre as professoras com filiação partidária. Assim, se de um lado a professora teria mais tendência à participação sindical quando filiada a um partido político, também teria maior tendência a desaprovar as ações desempenhadas pelo sindicato para lidar com problemas de seu dia-a-dia de trabalho. Uma manifestação disso pode ser observada em nossos resultados, atentando para a visão crítica da entrevistada 1, que (além de outras considerações) reconhece a falta de conquistas a curto prazo e organização nas escolas e a longo prazo, e da entrevistada 2, que (por exemplo) reconhece uma condução equivocada da greve pela direção do sindicato, fala de setores do sindicato que boicotavam ações (por estarem alinhadas ao governo) e, também, do enfraquecimento da organização de base. Essas professoras se mostram identificadas com o papel do sindicato na luta por direitos, na defesa da categoria e para uma articulação mais ampla enquanto “classe trabalhadora”, mas também exprimem insatisfação, e por isso desidentificação, em relação ao repertório de ações elencado pelo sindicato ou com a forma de sua implementação. Neste caso, em que (como já discutido) a participação parece ser impulsionada por questões ideológicas,

uma desaprovação do movimento sindical aparentemente não significa um distanciamento orgânico do mesmo.

Cabe destacar que a entrevistada 6 é a única com vínculo empregatício de contrato temporário, fator associado por Ferraz (2012) como causa de graus menores de participação. Neste ponto, nossa pesquisa encontra um ruído, que deve ser superado por pesquisas com grupos de participantes de diferentes tipos de vínculos empregatícios.

Em sua revisão, Vianna (2001) descreve uma tendência em certos estudos da década de 80 e parte da década de 90, ao apontarem os seguintes indicadores de crise na organização sindical docente:

- 1) esgotamento das greves; 2) ausência de diálogo com a população usuária das escolas públicas; 3) divergências político-ideológicas nas entidades; 4) distância entre as lideranças das associações/sindicatos e o professorado (VIANNA, 2001, p. 116).

Os trabalhos ainda revelariam um refluxo por parte dos movimentos à indiferença do Estado para com a educação pública, um sentimento de derrota em função de greves prolongadas com poucas vitórias (causa da desmobilização da categoria e do afastamento da comunidade que acessa a escola), as disputas ou aproximações partidárias e a dificuldade de dialogar ou chegar a consensos internamente (que levaria ao distanciamento entre base e direções sindicais), e a necessidade de superar as reivindicações corporativas e tratar da questão pedagógica. Estas posições, todas, encontram-se reverberadas nas vozes das nossas entrevistadas, mesmo muito tempo depois da referida publicação. O dito é verificável quando manifestam a percepção da ineficácia e prolongamento das greves, a divisão da categoria dentro do sindicato, a insatisfação com o partidarismo, a desarticulação nas bases, o distanciamento com as direções ou o isolamento da categoria frente à população. O esvaziamento e falta de renovação no CPERS poderiam, ainda, ser resultado destes indicadores de crise.

Além disso, Vianna (2001) trata de discutir outra questão pertinente ao nosso trabalho: a acusação pela bibliografia de fatores estruturais semelhantes (destacadamente o desinteresse do Estado com a educação, o arrocho salarial e a

precarização) como causa de resultados distintos na mobilização da categoria. Estes fatores ora estariam funcionando como mobilizadores (na literatura que trata da década de 80), ora como paralisadores da organização docente (na década de 90). Para a autora, a discrepância de resultados dessas condições para a mobilização poderia se explicar por fatores internos e das subjetividades que compõem o movimento, como por exemplo pela união geral em torno da redemocratização no período oitentista (e posterior segmentação, nos anos 90). Essa contradição também se articula nos nossos achados, em que as professoras expressam a urgência da organização e ação sindical diante das adversidades impostas pelos governos, e ao mesmo tempo as apontam como (por vezes as principais) causadoras da desmobilização docente.

As falas das professoras que atribuem às condições de trabalho e políticas relacionadas à Educação o seu afastamento (ou o afastamento da categoria) do movimento sindical também corroboram com o postulado por Melo e Augusto (2012), que afirmam que a precarização do trabalho docente, resultado das políticas educacionais implementadas, tem efeitos nocivos sobre a capacidade de participação político-sindical das professoras. Os nossos achados também reverberam outras hipóteses das autoras sobre os motores da não-participação no movimento sindical. Em seu trabalho, que analisa dados de uma *Survey* (grifo das autoras), provindos de entrevistas com 8.795 trabalhadores e trabalhadoras da educação em sete estados brasileiros, elas descrevem que mais da metade das entrevistadas (63,78%) consideraram a atuação sindical pouco satisfatória ou insatisfatória frente a problemas que afetam o trabalho, e associaram esse resultado à distância entre as bases e a direção sindical e à ausência de organização nos locais de trabalho. Essas duas condições foram observadas nas percepções das professoras de maior participação da nossa pesquisa como fatores de distanciamento do CPERS. Ladosky e Rodrigues (2018) também descrevem o distanciamento entre direções e bases sindicais e a opção pelo sindicalismo, em especial vinculado à Central Única dos Trabalhadores durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2015), por ações institucionais ao invés da proximidade e construção de movimentos sociais.

Por fim, a) as tensões observadas em nosso trabalho a respeito da proximidade dos grupos políticos gestores do CPERS dos governos estadual e federal; b) a falta de

tempo; c) a falta de credibilidade na ação sindical; e d) a falta de formação política das professoras foram percepções observadas em nossas entrevistas já descritas por Melo e Augusto (2012) como possíveis fatores que embargam a mobilização docente através do sindicato. A respeito do segundo ponto, todavia, é importante salientar novamente que, apesar de algumas professoras (mais explicitamente as de maior participação) apontarem a descrença no sindicato por parte da categoria, esse descrédito parece, em nossas entrevistas, voltado à forma e repertório de ações do CPERS, e não à instituição sindical em si. O desagrado com esse repertório é flagrante em todas as entrevistas, de formas diferentes, mas também é flagrante uma perspectiva comum de que o sindicato exerce um papel importante em defesa dos interesses das professoras.

5. CONCLUSÕES

Nossos dados sugerem a presença, no CPERS-SINDICATO, de alguns marcadores da crise de participação no movimento sindical trazidos pela literatura: a falta de renovação das filiações sindicais, a falta de organização nos locais de trabalho, o descrédito na ação sindical. Ao mesmo tempo, a identificação com o papel do sindicato na defesa dos interesses da categoria parece um consenso.

A participação maior no sindicalismo, a partir de nossos resultados, está associada a uma identificação mais ideológica com o sindicato, enquanto a não-participação está associada a uma aversão ao envolvimento do mesmo com política partidária. De uma forma independente do grau de participação da entrevistada, a precarização das condições do trabalho e da vida docente figuraram como fatores que dificultam a participação no sindicalismo. Para verificar a abrangência das relações e a validade das hipóteses levantadas aqui para o conjunto (ou algum grupo) da categoria no estado, entretanto, entendemos que é necessário o desenvolvimento de estudos com maior amostragem e recortes mais específicos de grupos, que o tempo e os recursos materiais e humanos limitados de nossa pesquisa não nos permitiram realizar. Também apontamos para a importância do desenvolvimento de mais investigações estudando as relações de identificação com o repertório de ações do sindicato, em

especial no que diz respeito ao envolvimento com a política partidária e à mediação do sindicato para o engajamento da categoria em estruturas de organização de base.

6. REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Ano 2, v. 3, p. 21-41, 2012.

ARAÚJO, Heleno. Organização e luta dos docentes no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino traço, 2012. p. 325-342.

CPERS-Sindicato. **Caderno de Formação Sindical: O sindicalismo no Brasil**. 1989.

FERREIRA, Sandro. **História - Introdução**. CPERS-Sindicato, 2010. Disponível em: <<http://cpers.com.br/historia-introducao/>> Acesso em: 07 Ago. 2018.

FERRAZ, Marcos. Organização do trabalho e sindicalismo docente: notas sobre taxas de filiação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino traço, 2012. p. 343-370.

FERREIRA, Maria Ondina Vieira. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006.

GADOTTI, M. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos. **Revista ADUSP**, São Paulo, p. 14-20, dez. 1996.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente na educação básica no Brasil: as condições de trabalho. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino traço, 2012. p. 211-230.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome. A cut e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: Limites e possibilidades. **Tempo Social**, n. 30, p. 53-76, 2018.

MELO, Savana Diniz Gomes; AUGUSTO, Maria Helena. Resistência e Organização sindical dos docentes da Educação Básica no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino traço, 2012. p. 299-324.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 34.252, de 01 de abril de 1992. Regulamenta a gratificação prevista no artigo 70, item I, letra "c", da Lei nº 6.672/74, alterado pelo artigo 1º, da LEI Nº 8.646/88 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 1º de Abril de 1992.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

VIANNA, C. A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 100-30, 2001.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos você a participar na pesquisa intitulada “**O REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA DO CPERS-SINDICATO SOB A VISÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES DE UMA ESCOLA ESTADUAL**”, realizada pelo pesquisador Leonardo Maihub Manara como parte de seu Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Ciências Biológicas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do professor Marcelo Kunrath Silva.

O objetivo da pesquisa é analisar a percepção de professoras e professores sobre as ações coletivas protagonizadas pelo CPERS-SINDICATO, e gerar pistas para esclarecer a relação destas percepções com o processo de engajamento no movimento sindical.

A colaboração das professoras e professores se dará através de entrevistas, em que será pautada principalmente a sua percepção das ações sindicais, a sua trajetória na docência, formação e participação política. As entrevistas serão gravadas em áudio e transcritas para o formato de texto. Os nomes de professoras e professores e da escola em estudo não serão divulgados.

Você poderá desistir da participação a qualquer momento, caso sinta-se desconfortável com o tipo de atividade ou com os registros realizados.

Esta pesquisa pretende colaborar com a compreensão do processo de mobilização de professoras e professores.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço de e-mail do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Assinatura do Pesquisador

Contatos do pesquisador – Email: leonardo.manara@ufrgs.br /Telefone: 51 99366 5911

Eu,.....
., declaro que recebi todas as explicações sobre esta pesquisa e concordo em participar da mesma. Autorizo também a realização de gravações de áudio das entrevistas em que eu participar, assim como a utilização destas para os fins da pesquisa.

Assinatura do sujeito de pesquisa

Documento de Identificação do sujeito de pesquisa

Data